

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.335 - SP (2019/0061099-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : ABELARDO CASTRO GONZALEZ - ESPÓLIO
REPR. POR : ABELARDO SALLES DE CASTRO - INVENTARIANTE
AGRAVANTE : ENIDE RODRIGUES MATTOS
AGRAVANTE : LUCIANO CASTRO GONZALEZ - ESPÓLIO
AGRAVANTE : LAURA VALEJO CASTRO - ESPÓLIO
REPR. POR : LIDNEY CASTRO VALLEJO - INVENTARIANTE
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA FERRAZ DE CONDE
AGRAVANTE : VENANCIO FERRAZ DE CONDE
ADVOGADOS : MANOEL MUNIZ E OUTRO(S) - SP049161
MARCELO PEREIRA MUNIZ - SP115055
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÁLCULOS DO CONTADOR. DISCREPÂNCIA COM O TÍTULO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA SIDO VIOLADO OU QUE TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER opôs Embargos à Execução de sentença prolatada em seu desfavor. Para tanto, alegara o embargante que os cálculos executados não corresponderiam ao estabelecido no processo de conhecimento, contendo erros materiais. O Tribunal de origem reformou a sentença de improcedência dos Embargos à Execução.

III. A falta de particularização, no Recurso Especial, dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou aos quais teria atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

12/11/2015.

IV. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

